



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo nº 4042 / 2014

Cód. Verificador: RL44
Requerente: ANTONIO SILVA GOMES
Data / Hora: 11/08/2014 17:20
Assunto: PROJETO DE LEI 175/14
Subassunto: Encaminha

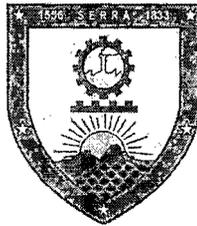


000000000000000033484

ARQUIVAR

RUA MAJOR PISSARRA, 245 - CENTRO - SERRA - ES
CEP 29176-020 - TELEFAX: (27) 3251-8300

site: www.camaraserra.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Aos Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Serra.

O Vereador que firmam o presente vem pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica Municipal e com base no Regimento Interno desta Casa, apresentar o seguinte:

“Dispõe sobre a concessão de ponto facultativo ao Servidor Público Municipal de Serra na data do seu aniversário e dá outras providências.”

PROJETO DE LEI Nº 175 114

A Câmara Municipal de Serra:

Art. 1º Fica concedido a todos os servidores públicos do Município de Serra, o direito a um dia de folga remunerada no dia de seu aniversário vitalício.

§ 1º O dia do aniversário natalício do Servidor é aquele indicado no seu RG, na Certidão de Nascimento, ou na Certidão de Casamento.

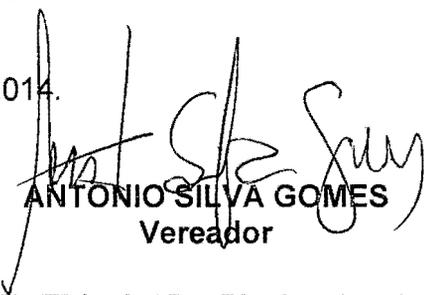
§ 2º Havendo divergência de datas entre os documentos citados no parágrafo anterior, vale como data de aniversário natalício do Servidor aquele apontado em sua Certidão de Nascimento.

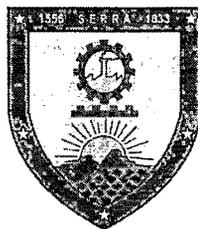
§ 3º O Servidor Público Municipal previsto nesta Lei é o mesmo definido no Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 2º. Em se tratando de serviços essenciais, no qual o Servidor trabalhe em sistema de plantão, coincidindo este com a data de seu aniversário natalício, deverá à falta abonada realizar-se dentro dos 10 (dez) dias subsequentes, de acordo com escala prévia elaborada pelo órgão em que o Servidor esteja lotado.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Serra/ES, 11 de Agosto de 2014.


ANTÔNIO SILVA GOMES
Vereador



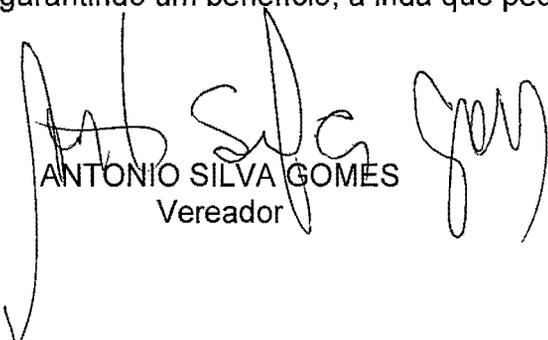
**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

JUSTIFICATIVA

São conhecidos os casos em que nossos servidores Municipais veem-se impossibilitados de compartilhar o dia de seu aniversário com seus familiares, quando o mesmo coincide com um dia de semana.

Assim tendo como objetivo principal presentear o Servidor municipal com a folga do trabalho no dia mais importante da sua vida, que é o dia do seu aniversário, o dia em que se comemora o seu nascimento, posto que a data é importante para o fortalecimento das relações familiares.

Por essas razões, é que apresento o presente Projeto, solicitando aos nobres pares, apoio a presente proposta, garantindo um benefício, a inda que pequeno, ao servidor.


ANTONIO SILVA GOMES
Vereador



COMPROVANTE DE ABERTURA
Processo: N° 4042/2014 Cód. Verificador: RL44

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

CPF/CNPJ: 005.382.877-13

Assunto: PROJETO DE LEI

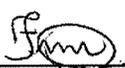
Subassunto: Encaminha

Data de Abertura: 11/08/2014 17:20

Observação:

Projeto de Lei nº 175/2014 - Dispõe sobre a concessão de ponto facultativo ao Servidor Público Municipal de Serra na data do seu aniversário e dá outras providências.

Recebido


FRANKLIN RODRIGUES MATOS
Funcionário(a)



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

Processo Digital
Guia de Movimentação

COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

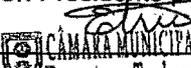
Processo: 4042/2014

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

Assunto: PROJETO DE LEI

Subassunto: Encaminha

Origem:

Usuário:	EWERTON TADEU MIRANDA
Repartição:	01.001.02.27 - COORD. LEGISLATIVA
Responsável:	JADSON BARCELOS
Data/Hora:	12/08/2014 - 10:17:05
Observação:	Ao Sr. Presidente para conhecimento.
Ass:	 CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA Ewerton Tadeu Miranda Divisão Legislativa

Destino:

Repartição:	01.001.01.03 - PRESIDENCIA
Responsável:	CARLOS AUGUSTO LORENZONI
Data/Hora:	12/08/2014 - 10:17:05
Ass:	_____

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

Processo Digital
Guia de Movimentação

COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 4042/2014

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

Assunto: PROJETO DE LEI

Subassunto: Encaminha

Origem:

Usuário: MURIHEL COSTA GABLER

Repartição: 01.001.01.03 - PRESIDENCIA

Responsável: CARLOS AUGUSTO LORENZONI

Data/Hora: 19/08/2014 - 17:01:23

Observação: AO PROCURADOR GERAL,
PARA EMITIR PARECER

Ass: _____

Destino:

Repartição: 01.001.01.34 - PROCURADORIA GERAL

Responsável: ALEXANDRE ZAMPROGNO

Data/Hora: 19/08/2014 - 17:01:23

Ass: _____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
Alexandre Zamprogno
Procurador Geral

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____



**Câmara Municipal da Serra
Estado do Espírito Santo**

PROCESSO Nº.:4.042/2014

PROJETO DE LEI Nº.:175/2014

Requerente: Vereador Antônio Silva Gomes

Assunto: Projeto de Lei que dispõe acerca da concessão de ponto facultativo ao servidor público municipal de Serra na data de seu aniversário e dá outras providências.

Parecer nº.:283/2014

Ementa: Projeto de Lei de iniciativa da Câmara Municipal – dispõe acerca da concessão de ponto facultativo ao servidor público municipal de Serra na data de seu aniversário e dá outras providências – Inconstitucionalidade verificada – recomendação de apresentação de projeto indicativo de Lei.

PARECER DA PROCURADORIA GERAL

Cuidam os autos de Projeto de Lei de autoria do ilustre Vereador Antônio Silva Gomes, que "DISPÕE ACERCA DA CONCESSÃO DE PONTO FACULTATIVO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA NA DATA DE SEU ANIVERSÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Diante disso, a Presidência desta Casa de Leis encaminhou-nos o processo para a necessária averiguação de sua **constitucionalidade** e do **interesse público em sua realização**, com conseqüente emissão de Parecer.



Câmara Municipal da Serra Estado do Espírito Santo

Compõem os autos até o momento a Minuta de Projeto de Lei em estudo (fl. 02), a correspondente Justificativa (fl. 03), a folha de despachos e encaminhamentos (fl. 04 / 06).

Nestes termos, relatado o feito na forma dos parágrafos anteriores, passo a opinar.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, conforme prescreve o art. 145, da Lei Orgânica do Município da Serra, a elevação de um Projeto ao patamar de Lei Municipal passa sempre pela comprovação de dois requisitos indispensáveis, quais sejam, a **constitucionalidade** e o **interesse público** em sua realização.

Pois bem. No caso em tela, entendo configurado o interesse público no Projeto de Lei em referência, considerando que se trata de assunto de interesse da comunidade serrana por dispOR acerca da concessão de ponto facultativo ao servidor público municipal de Serra na data de seu aniversário e dá outras providências.

Prosseguindo, no que diz respeito à **constitucionalidade** da proposição em análise, infelizmente não verifico a mesma sorte, tendo em vista o vício de que padece o Projeto, em razão da invasão da competência do Poder Executivo Municipal para legislar sobre o assunto abrangido em seu bojo. Explico:

Há que se reconhecer que, ao dispOR acerca da concessão de ponto facultativo ao servidor público municipal de Serra na data de seu aniversário e dá outras providências, o Projeto extrapola os limites de competência estabelecidos na Lei Orgânica Municipal, porquanto irá se imiscuir na administração organizacional do Poder Executivo .



**Câmara Municipal da Serra
Estado do Espírito Santo**

Ora, a referida competência decorre da Lei Orgânica Municipal, estabelecida no art. 143, parágrafo único, inc. II, senão vejamos:

"Art. 143 – A iniciativa das leis compete a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único: (...)

I (...)

II – organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo". (Grifo Nosso).

Não resta dúvida de que o projeto em questão pretende trazer embaraços para a administração administrativa do Poder Executivo, pois almeja impor que o alcaide realize as suas atividades de forma vinculada.

Nesse sentido, inclusive, o *caput* do artigo 2º., do referido Projeto de Lei fixa a referida vinculação ao estabelecer que *"Incumbirá ao Poder Executivo, através dos órgãos competentes, sem prejuízos de suas atribuições legais :"*

Além disso, os nossos tribunais pátrios tem firmado o entendimento de que a natureza da norma em comento é inconstitucional. Quadra trazer a baila, *in verbis* :



Câmara Municipal da Serra
Estado do Espírito Santo

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI
ORGÂNICA. CARGA HORÁRIA. MATÉRIA RELATIVA A
REGIME JURÍDICO DE SERVIDOR PÚBLICO. QUESTÃO
TIPICAMENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INICIATIVA PRIVATIVA DO EXECUTIVO. AÇÃO
JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de
Inconstitucionalidade Nº 70010833218, Tribunal Pleno,
Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alfredo Guilherme
Englert, Julgado em 18/04/2005)*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI
MUNICIPAL DE VIAMÃO QUE INSTITUI PONTO
FACULTATIVO AO SERVIDOR MUNICIPAL NO DIA DO
SEU ANIVERSÁRIO - ORIGEM NA CÂMARA DE
VEREADORES - VÍCIO DE INICIATIVA - LEI QUE AFETA
O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, RAZÃO PELA
QUAL SÓ PODE DERIVAR DE DECISÃO DO CHEFE DO
EXECUTIVO, APÓS AVALIAÇÃO DA CONVENIÊNCIA E
OPORTUNIDADE DA MEDIDA. - AFRONTA AOS
ARTIGOS 8º, 10 E 60, II, "B", DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL. Ação julgada procedente. (Ação Direta de
Inconstitucionalidade Nº 70006742134, Tribunal Pleno,
Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Carlos Branco
Cardoso, Julgado em 15/03/2004)



Câmara Municipal da Serra
Estado do Espírito Santo

ADIn. NORMA DE ORIGEM LEGISLATIVA INTRODUZINDO VANTAGEM AO REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. A concessão de um dia de folga por bimestre aos servidores por doação de sangue implica na organização e administração resultando vício formal diante da reserva de iniciativa visto tratar-se de matéria atribuída especificamente ao Chefe do Poder Executivo. Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70005738315, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Augusto Monte Lopes, Julgado em 20/10/2003)

Dessa orientação não destoa a doutrina do Professor Alexandre de Moraes. **Direito Constitucional**. 23ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 646, *in verbis* :

"As referidas matérias cuja discussão legislativa depende da iniciativa privativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º) são de observância obrigatória pelos Estados-membros que, ao disciplinar o processo legislativo no âmbito das respectivas Constituições estaduais, não poderão afastar-se da disciplina constitucional federal.



Câmara Municipal da Serra Estado do Espírito Santo

Assim, por exemplo, a iniciativa reservada das leis que versem o regime jurídico dos servidores públicos revela-se, enquanto prerrogativa conferida pela Carta Política ao Chefe do Poder Executivo, projeção específica do princípio da separação dos poderes, incidindo em inconstitucionalidade formal a norma inscrita em Constituição do Estado que, subtraindo a disciplina da matéria ao domínio normativo da lei, dispõe sobre provimento de cargos que integram a estrutura jurídico-administrativa do Poder Executivo local.”

Entretanto, conforme relatado acima, para que recomendássemos a apreciação do referido projeto, era necessário que ele atendesse o pressuposto da constitucionalidade, que, no caso, não foi obtido.

Destarte, nada obsta que posteriormente, a matéria contida nestes autos de processo legislativo seja enviada por meio de Projeto Indicativo.

Como se sabe, o Projeto Indicativo é a mais nova modalidade de proposição inserta no Regimento Interno da Câmara Municipal, especificamente na alínea “m” de seu artigo 96, e em seus artigos 99 e 112-A, que se conceitua como a recomendação da Câmara de Vereadores ao Poder Executivo Municipal, em forma de Minuta de Lei, para que aquele Poder inicie processo legislativo sobre matéria de sua competência privativa. Para melhor compreensão, vejamos a transcrição de alguns dos dispositivos legais que regulamentam o Projeto Indicativo. *In verbis:*





**Câmara Municipal da Serra
Estado do Espírito Santo**

"Art. 96 - São modalidades de proposição: (...)".

m - **Projetos Indicativos**, (...). (Grifei).

"Art. 108 - **O Projeto Indicativo é a recomendação da Câmara Municipal da Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura**

de processo legislativo que verse sobre matéria de sua competência.

Parágrafo único. **Os Projetos Indicativos encaminhados pela Câmara ao Poder Executivo deverão necessariamente conter a forma de Minuta de Lei.**" (Grifei).

Feita a transcrição, fica claro que a veiculação válida do Projeto Indicativo está necessariamente atrelada à verificação no caso de dois requisitos, quais sejam, que a **matéria versada seja de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo** e que, como em qualquer ato da Administração, haja **interesse público** em sua realização.

Pois bem. No caso concreto entendemos satisfeito o quesito "**matéria de competência exclusiva do Prefeito**", pelos fundamentos descritos anteriormente, de modo que a referida matéria poderá, caso entenda o nobre edil, ser enviada por meio de Projeto Indicativo.

Diante disso, ainda que reconhecendo os elevados valores que imbuíram a proposição da norma, pelos quais congratulo o ilustre Parlamentar Antônio Silva Gomes, não há como endossar o Projeto de Lei em avaliação, tendo em vista as inconformidades apontadas.

↑



Câmara Municipal da Serra
Estado do Espírito Santo

Posto isso, firmado em todas as razões e fundamentos já consignados, opino pela inconstitucionalidade da edição da lei pretendida por iniciativa desta Câmara Municipal, posicionando-me em consequência pelo arquivamento do Projeto de Lei em destaque.

É o que tenho a dizer.

Serra, ES, 20 de agosto de 2014.



ALEXANDRE ZAMPROGNO
Procurador Geral
OAB/ES 7.364



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

Processo Digital
Guia de Movimentação

COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

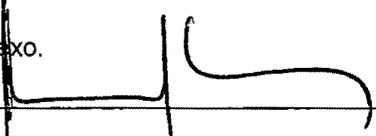
Processo: 4042/2014

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

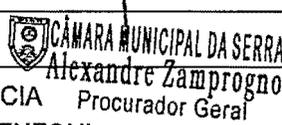
Assunto: PROJETO DE LEI

Subassunto: Encaminha

Origem:

Usuário:	ALEXANDRE ZAMPROGNO
Repartição:	01.001.01.34 - PROCURADORIA GERAL
Responsável:	ALEXANDRE ZAMPROGNO
Data/Hora:	20/08/2014 - 20:51:47
Observação:	Com o parecer em anexo.
Ass:	

Destino:

Repartição:	01.001.01.03 - PRESIDENCIA	
Responsável:	CARLOS AUGUSTO LORENZONI	
Data/Hora:	20/08/2014 - 20:51:47	
Ass:		

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
Processo Digital
Guia de Movimentação

COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 4042/2014
Requerente: ANTONIO SILVA GOMES
Assunto: PROJETO DE LEI
Subassunto: Encaminha
Origem:

Usuário: MURIHEL COSTA GABLER
Repartição: 01.001.01.03 - PRESIDENCIA
Responsável: CARLOS AUGUSTO LORENZONI
Data/Hora: 17/11/2014 - 13:42:27
Observação: AO LEGISLATIVO,
PARA PROVIDENCIAS NECESSÁRIAS


CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
Carlos Augusto Lorenzoni
Presidente

Ass: _____

Destino:

Repartição: 01.001.02.27 - COORD. LEGISLATIVA
Responsável: JADSON BARCELOS
Data/Hora: 17/11/2014 - 13:42:27

Ass: _____

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

Processo Digital
Guia de Movimentação

COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

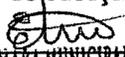
Processo: 4042/2014

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

Assunto: PROJETO DE LEI

Subassunto: Encaminha

Origem:

Usuário:	EWERTON TADEU MIRANDA
Repartição:	01.001.02.27 - COORD. LEGISLATIVA
Responsável:	JADSON BARCELOS
Data/Hora:	17/11/2014 - 15:33:13
Observação:	A Comissão de Justiça para emitir parecer.
Ass:	 CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA Ewerton Tadeu Miranda

Destino:

Divisão Legislativo

Repartição:	01.001.07.23 - GABINETE 20
Responsável:	ALEXANDRE ARAUJO MARCAL
Data/Hora:	17/11/2014 - 15:33:13
Ass:	_____

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
Processo Digital
Guia de Movimentação

COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 4042/2014

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

Assunto: PROJETO DE LEI

Subassunto: Encaminha

Origem:

Usuário: SYLVAN FERREIRA JUNIOR

Repartição: 01.001.07.23 - GABINETE 20

Responsável: ALEXANDRE ARAUJO MARCAL

Data/Hora: 21/11/2014 - 14:07:59

Observação: À Coordenadoria Legislativa, para as devidas providências.

Ass: _____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
Sylvan F. Júnior (Júnior Ferreira)
Assessor
Gabinete Vereador Alexandre Xambinho

Destino:

Repartição: 01.001.02.27 - COORD. LEGISLATIVA

Responsável: JADSON BARCELOS

Data/Hora: 21/11/2014 - 14:07:59

Ass: _____

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____



COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 4042/2014

Requerente: ANTONIO SILVA GOMES

Assunto: PROJETO DE LEI

Subassunto: Encaminha

Origem:

Usuário:	YURI GIULLIANO BASTOS MALAQUIAS
Repartição:	COORD. LEGISLATIVA
Responsável:	JADSON BARCELOS
Data/Hora:	12/02/2015 15:15
Observação:	À Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Para análise e parecer.
Ass:	

 CAMARA MUNICIPAL DA SERRA
Yuri G. Bastos Malaquias
Divisão Legislativa

Destino:

Repartição:	GABINETE 23
Responsável:	BASILIO ANTONIO NEVES SANTOS
Data/Hora:	12/02/2015 15:15
Ass:	_____

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

PARECER N.º 012, DE 2015

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 175, DE 2014.

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 175/2014, de autoria do ilustre Vereador Antonio Silva Gomes, que dispõe sobre a concessão de ponto facultativo ao servidor público municipal da Serra na data de seu aniversário e dá outras providências.

A proposição em tela constou do Expediente da Sessão Ordinária de 18/08/2014, nos termos do artigo 121 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Serra, e desde então não recebeu emendas ou substitutivos.

Em continuidade ao processo legislativo, uma vez decorrido o prazo regimental, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise de seus aspectos constitucional e legal, nos termos do disposto no artigo 65 do já citado Regimento Interno.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa privativa do Chefe do Executivo Municipal, na forma do artigo 143 da Lei Orgânica Municipal, estando, desta forma, eivado de vício de iniciativa, motivo pelo qual entendemos que o mesmo não se encontra em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

O aludido dispositivo aduz que:

"Art. 143 - A iniciativa das Leis compete ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei.

§1º - Compete exclusivamente ao Prefeito a iniciativa das Leis que:



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

d) disponham sobre servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de seus funcionários."

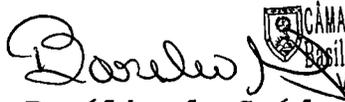
A proposição em tela objetiva dispor sobre a concessão de folga ao servidor público da administração municipal, o que fere diretamente o dispositivo legal acima transcrito, vez que a iniciativa de projetos do gênero é exclusiva do Prefeito.

De fato é pacífico o entendimento de que proposições como a em tela extrapolam os limites da iniciativa de leis reservada ao Poder Legislativo, vez que impõem atribuições ao Poder Executivo.

De tal feita, dada a constatação da inconstitucionalidade por vício de iniciativa, manifestamo-nos contrariamente à aprovação do Projeto de lei n.º 175/2014.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 20 de Fevereiro de 2015.


Basílio da Saúde
Vereador - PROS
Presidente/Relator

 **CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**
Basílio Antonio Neves Santos
Vereador - PROS


Nacib Haddad
Vereador - PDT
Membro

Toninho Silva
Vereador - DEM
Membro